

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Penal

Princípios

Período 2010 - 2016

1) FCC - Procurador - TCE - SP (2011)

O princípio constitucional da legalidade em matéria penal

- a) não vigora na fase de execução penal.
- b) impede que se afaste o caráter criminoso do fato em razão de causa supralegal de exclusão da ilicitude.
- c) não atinge as medidas de segurança.
- d) obsta que se reconheça a atipicidade de conduta em função de sua adequação social.
- e) exige a taxatividade da lei incriminadora, admitindo, em certas situações, o emprego da analogia.

2) FGV - Analista - SEAD - SP (2010)

Com relação aos princípios constitucionais de Direito Penal, examine as seguintes afirmativas:

- I. reza o princípio da reserva legal que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- II. de acordo com o princípio da irretroatividade, a lei penal não retroagirá, salvo disposição expressa em lei.
- III. segundo o princípio da personalidade, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, independentemente do limite do valor do patrimônio transferido.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa I estiver correta.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

3) INSTITUTO CIDADES - Defensor Público - DPGE - AC (2011)

Sobre os princípios da legalidade e da anterioridade (artigo 1º do Código Penal) é correto afirmar:

- a) pelo princípio da legalidade compreende-se que ninguém responderá por um fato que a lei penal preveja como crime e, pelo princípio da anterioridade compreende-se que alguém somente responderá por crime devidamente previsto em lei que tenha entrado em vigor um ano anteriormente à prática da conduta;
- b) os princípios da legalidade e da anterioridade pressupõem a existência de lei anterior à prática de uma determinada conduta para que esta possa ser considerada como crime;
- c) tais princípios são sinônimos e significam a necessidade da existência de lei para que uma conduta seja considerada crime;
- d) são incompatíveis um com o outro, já que pressupõem circunstâncias diversas;

Direito Penal

Princípios

Período: 2010 - 2016

e) pelo princípio da anterioridade compreende-se a previsão anterior de determinada conduta como criminosa independentemente de definição por lei em sentido estrito.

4) CESPE - Procurador Federal - PRF (2013)

Com relação aos princípios, institutos e dispositivos da parte geral do Código Penal (CP), julgue o item seguinte.

O princípio da legalidade é parâmetro fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, os tipos penais de tal natureza somente podem ser criados por meio de lei em sentido estrito.

- Certo
 Errado

5) FGV - Analista - SEJAP - MA (2013)

Com relação ao princípio da legalidade, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Tal princípio se aplica às contravenções e medida de segurança.
b) Tal princípio impede a criação de crimes por meio de medida provisória.
c) Tal princípio impede incriminação genérica por meio de tipos imprecisos.
d) Tal princípio impede a aplicação de analogia de qualquer forma no Direito Penal.
e) Tal princípio está previsto no texto constitucional vigente.

6) UEPA - SEFA PA (2013)

Em relação aos princípios concernentes à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) Reserva legal, anterioridade e retroatividade da lei penal mais benéfica.
b) Pessoalidade, individualização da pena e humanidade.
c) Intervenção mínima, fragmentariedade, culpabilidade e taxatividade.
d) Proporcionalidade, razoabilidade e dignidade da pessoa humana.
e) Pessoalidade, anterioridade e vedação da dupla punição (este último introduzido pela Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 8º, n.4).

7) FUNDATEC - Procurador - CREA - PR (2010)

Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. O primeiro artigo do Código Penal refere-se a qual dos princípios regentes do Direito Penal?

- a) Fragmentariedade.

Direito Penal

Princípios

Período: 2010 - 2016

- b) Adequação social.
- c) Consunção.
- d) Legalidade.
- e) Especialidade.

8) CESPE - PM CE - PT - 2014

Com referência à aplicação da lei penal, julgue o item subsequente.

Conforme o Supremo Tribunal Federal, é vedada no direito penal a aplicação da interpretação extensiva, em face da observância do princípio da legalidade, embora seja admitida a subsunção dos fatos ao tipo penal.

- () Certo
- () Errado

9) FCC - Procurador do Município de João Pessoa (2012)

Uma lei definiu como crime um fato e estabeleceu no preceito sancionador a pena de no mínimo dois anos de reclusão. Essa lei

- a) infringiu o princípio do juiz natural.
- b) infringiu o princípio da legalidade.
- c) infringiu o princípio da presunção de inocência.
- d) infringiu o princípio da culpabilidade.
- e) não infringiu nenhum princípio do Direito Penal.

10) CESPE - Notário - TJ - ES (2013)

Com relação aos princípios e às fontes do direito penal, assinale a opção correta.

- a) A fixação de crimes, incluindo-se a criação de figuras típicas e a estipulação de sanções, pode ser realizada por lei ou mediante a interpretação dos princípios gerais de direito.
- b) Na resolução de desavenças e lides surgidas na comunidade, o legislador deve basear-se, primeiramente, na lei penal.
- c) A fragmentariedade de 2.º grau refere-se à forma consumada do delito, ou seja, à necessidade de proteção integral do bem jurídico.
- d) Do princípio da legalidade, enunciado por meio da expressão latina *nullum crimen, nulla poena sine lege*, decorre a proibição da fundamentação ou do agravamento da punibilidade considerando-se o direito consuetudinário.
- e) A lei penal não retroagirá para abranger situações consolidadas sob a vigência de legislação anterior, ainda que não haja sentença condenatória a elas referente.

11) VUNESP - Notário - TJ - SP (2012)

Pode-se afirmar que o princípio da legalidade

- a) a depender do crime, pode ter índole constitucional ou infraconstitucional e é sinônimo de reserva legal.
- b) tem índole constitucional e tem por finalidade proteger o cidadão contra o arbítrio do poder punitivo estatal, já que deve haver perfeita correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal.
- c) torna possível à medida provisória e lei delegada definirem crimes, criando tipos e impondo penas, desde que a exceção esteja prevista na Constituição Federal.
- d) torna possível a reprovação do autor de um fato punível porque, de acordo com as circunstâncias concretas, poderia e deveria agir de modo diferente.

12) FGV - OAB - UNI NAC - XIV Exame (2014)

O Presidente da República, diante da nova onda de protestos, decide, por meio de medida provisória, criar um novo tipo penal para coibir os atos de vandalismo. A medida provisória foi convertida em lei, sem impugnações.

Com base nos dados fornecidos, assinale a opção correta.

- a) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, quando convertida em lei.
- b) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, pois houve avaliação prévia do Congresso Nacional.
- c) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória.
- d) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não cabe ao Presidente da República a iniciativa de lei em matéria penal.

13) CESPE - Consultor Legislativo - Câmara dos Deputados - AL (2014)

Com referência a fundamentos e noções gerais aplicadas ao direito penal, julgue o próximo item.

O princípio da reserva legal aplica-se, de forma absoluta, às normas penais incriminadoras, excluindo-se de sua incidência as normas penais não incriminadoras.

- () Certo
- () Errado

14) CESPE - Consultor Legislativo - Câmara dos Deputados - AL (2014)

No que diz respeito a noções gerais aplicadas no âmbito do direito penal, julgue o próximo item.

A analogia, cuja utilização é vedada no direito penal, constitui método de integração do ordenamento jurídico.

- () Certo
() Errado

15) FUNIVERSA - SAPEJUS (2015)

Acerca do emprego da analogia no âmbito do Direito Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A regra é a proibição do emprego da analogia no âmbito penal, por força do princípio da reserva legal, todavia a doutrina é remansosa em admitir esse recurso quando se apresentar in bonam partem.
b) A analogia in malam partem ocorre quando se aplica, ao caso omissis, uma lei considerada prejudicial ao réu que, segundo o Código Penal, excepcionalmente, poderá ser admitida, uma vez que deverá ser salvaguardado o direito da coletividade em face do direito do agressor.
c) O Direito Penal brasileiro não admite aplicação da analogia.
d) Segundo a doutrina, analogia legal, ou legis, é aquela em que se aplica ao caso omissis um princípio geral do Direito.
e) Estabelece o Código Penal que a analogia somente poderá ser aplicada aos réus que não sejam reincidentes.

16) FCC - Auditor - TCM - RJ (2015)

Determinada lei dispõe: "Subtrair objetos de arte. Pena: a ser fixada livremente pelo juiz de acordo com as circunstâncias do fato".

Para um fato cometido após a sua vigência, é correto afirmar que a referida lei

- a) fere o princípio da legalidade.
b) fere o princípio da anterioridade.
c) fere os princípios da legalidade e da anterioridade.
d) não fere os princípios da legalidade e da anterioridade.
e) é uma norma penal em branco.

17) FCC - AFTM - Gestão Tributária - Prefeitura de São Paulo (2012)

O juiz de determinada comarca, ao receber a denúncia formulada pelo Ministério Público contra o autor de um crime de peculato, considerou desnecessária a produção de provas e o interrogatório do réu e

Direito Penal

Princípios

Período: 2010 - 2016

julgou antecipadamente a lide, condenando-o à pena de 6 anos de reclusão e multa. Essa decisão violou o princípio constitucional

- a) do juiz natural.
- b) da intervenção mínima.
- c) do devido processo legal.
- d) da anterioridade da lei penal.
- e) da presunção de inocência.

18) CESPE - Promotor de Justiça - MPE - TO (2012)

Considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta.

- a) Assegura-se à instituição do júri o sigilo dos veredictos.
- b) É inafiançável e insuscetível de anistia a prática de racismo.
- c) Deverá responder por tráfico ilícito de entorpecente o agente que, podendo evitar o crime, se omita de fazê-lo.
- d) É imprescritível e insuscetível de graça a prática de tortura.
- e) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos até que estes completem dois anos de idade.

19) VUNESP - Juiz Estadual - TJ - RJ (2011)

O agente que mata alguém, por imprudência, negligência ou imperícia, na direção de veículo automotor, comete o crime previsto no art. 302, da Lei n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), e não o crime previsto no art. 121, § 3.º, do Código Penal. Assinale, dentre os princípios adiante mencionados, em qual deles está fundamentada tal afirmativa.

- a) Princípio da consunção.
- b) Princípio da alternatividade.
- c) Princípio da especialidade.
- d) Princípio da legalidade.

20) CESPE - MPU - Analista - Apoio Jurídico (2013)

Com base no que dispõe a CF acerca do direito penal, julgue o item seguinte.

A lei regulará a individualização da pena, proibidas, em qualquer situação, a pena de morte, a de caráter perpétuo, a de trabalhos forçados, a de banimento e a cruel.

- () Certo
- () Errado

21) FCC - Notário - TJ - PE (2013)

Entendimento sumular vigente no Superior Tribunal de Justiça dispõe que a existência, em desfavor do réu, de outro processo criminal ainda pendente de julgamento caracteriza

- a) mau antecedente.
- b) personalidade antissocial.
- c) culpabilidade acentuada.
- d) conduta social reprovável.
- e) fator irrelevante à pena-base.

22) CESPE - Delegado da Polícia Federal - PF (2013)

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no direito penal.

O presidente de uma comissão parlamentar mista de inquérito, após as devidas formalidades, ordenou, de forma sigilosa e reservada, a interceptação telefônica e a quebra do sigilo de dados telefônicos de testemunha que se reservara o direito de permanecer calada perante a comissão. Nessa situação, a primeira medida é ilegal, visto que a interceptação telefônica se restringe à chamada reserva jurisdicional, sendo permitida, por outro lado, a quebra do sigilo de dados telefônicos da testemunha, medida que não se submete ao mesmo rigor da primeira, consoante entendimento da doutrina majoritária.

- Certo
- Errado

23) CESPE - Delegado da Polícia Federal - PF (2013)

Com relação aos conceitos, objetivos e princípios do direito penal, às penas restritivas de direitos, ao livramento condicional e à reincidência, julgue o item subsecutivo.

A versão clássica do modelo penal garantista ideal se funda sob os princípios da legalidade estrita, da materialidade e lesividade dos delitos, da responsabilidade pessoal, do contraditório entre as partes e da presunção de inocência.

- Certo
- Errado

24) INSTITUTO CIDADES - Defensor Público - DPGE - GO (2010)

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão

Direito Penal

Princípios

Período: 2010 - 2016

- a) o genocídio.
- b) o tráfico de drogas.
- c) a prática da tortura.
- d) a prática do racismo.
- e) a ação de grupos armados contra a ordem legal.

25) FCC - Defensor Público - DPE - SP (2013)

Sobre a relação entre o sistema penal brasileiro contemporâneo e a Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) o princípio constitucional da intranscendência da pena não é capaz de impedir a estigmatização e práticas violadoras de direitos humanos de familiares de pessoas presas.
- b) o princípio constitucional da humanidade das penas encontra ampla efetividade no Brasil, diante da adequação concreta das condições de aprisionamento aos tratados internacionais de direitos humanos.
- c) o princípio constitucional da legalidade restringe-se à tipificação de condutas como crimes, não abrangendo as faltas disciplinares em execução penal.
- d) o estereótipo do criminoso não contribui para o processo de criminalização, pois violaria o princípio constitucional da não discriminação.
- e) a seletividade do sistema penal brasileiro, por ser um problema conjuntural, poderia ser resolvida com a aplicação do princípio da igualdade nas ações policiais.

26) CESPE - Promotor de Justiça - MP - AC (2014)

No tocante aos princípios constitucionais penais, assinale a opção correta.

- a) No que se refere à aplicação do princípio da insignificância, o STF tem afastado a tipicidade material dos fatos em que a lesão jurídica seja inexpressiva, sem levar em consideração os antecedentes penais do agente.
- b) O direito penal constitui um sistema exaustivo de proteção de todos os bens jurídicos do indivíduo, de modo a tipificar o conjunto das condutas que outros ramos do direito consideram antijurídicas.
- c) Uma das vertentes do princípio da proporcionalidade é a proibição de proteção deficiente, por meio da qual se busca impedir um direito fundamental de ser deficientemente protegido, seja mediante a eliminação de figuras típicas, seja pela cominação de penas inferiores à importância exigida pelo bem que se quer proteger.
- d) Segundo entendimento consolidado do STF, a imposição de regime disciplinar diferenciado ao executando ofende o princípio da individualização da pena, visto que extrapola o regime de cumprimento da reprimenda imposta na sentença condenatória.
- e) Prevalece na doutrina o entendimento de que constitui ofensa ao princípio da legalidade a existência de leis penais em branco heterogêneas, ou seja, daquelas cujos complementos provenham de fonte diversa da que tenha editado a norma que deva ser complementada.

27) FCC - Defensor Público - DPGE - PB (2014)

"A terrível humilhação por que passam familiares de presos ao visitarem seus parentes encarcerados consiste na obrigação de ficarem nus, de agacharem diante de espelhos e mostrarem seus órgãos genitais para agentes públicos. A maioria que sofre esses procedimentos é de mães, esposas e filhos de presos. Até mesmo idosos, crianças e bebês são submetidos ao vexame. É princípio de direito penal que a pena não ultrapasse a pessoa do condenado". (DIAS, José Carlos. "O fim das revistas vexatórias". In: Folha de São Paulo. São Paulo: 25 de julho de 2014, 1o caderno, seção Tendências e Debates, p. A-3)

Além da ideia de dignidade humana, por esse trecho o inconformismo do autor, recentemente publicado na imprensa brasileira, sustenta-se mais diretamente também no postulado constitucional da

- a) individualização.
- b) fragmentariedade.
- c) pessoalidade.
- d) presunção de inocência.
- e) legalidade.

28) CESPE - Consultor Legislativo - Câmara dos Deputados - AL (2014)

Julgue o item subsequente, relativo ao direito penal.

Um dos princípios basilares do direito penal diz respeito à não transcendência da pena, que significa que a pena deve estar expressamente prevista no tipo penal, não havendo possibilidade de aplicar pena cominada a outro crime.

- () Certo
- () Errado

29) FGV - Delegado de Polícia Civil - PC (2010)

Quando o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 11 "Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado", o fez com base na interpretação de determinados princípios constitucionais do direito penal.

Assinale qual das alternativas a seguir contém um princípio que não foi utilizado como fundamento dessa decisão.

- a) "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (...) a dignidade

Direito Penal

Princípios

Período: 2010 - 2016

da pessoa humana" (art. 1º, III, CF).

b) "Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal" (art. 5º, LIV, CF).

c) "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (art. 5º, X, CF).

d) "É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral" (art. 5º, XLIX, CF).

e) "Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (art. 5º, III, CF).

30) CESPE - Inspetor de Polícia Civil - PC - CE (2012)

Acerca de crime e sua tipicidade, julgue o item a seguir.

Considere que Lúcio, mediante o uso de faca do tipo peixeira, tenha constrangido Maria a entregar-lhe o valor de R\$ 2,50, sob a justificativa de estar desempregado e necessitar do dinheiro para pagar o transporte coletivo. Nesse caso, segundo entendimento do STF quanto ao princípio da insignificância, Lúcio, se processado, deverá ser absolvido por atipicidade da conduta.

() Certo

() Errado



Direito Penal

Princípios

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1) E	2) D	3) B	4) CERTO	5) D
6) A	7) D	8) CERTO	9) B	10) D
11) B	12) C	13) CERTO	14) ERRADO	15) A
16) A	17) C	18) C	19) C	20) ERRADO
21) E	22) CERTO	23) CERTO	24) D	25) A
26) C	27) C	28) ERRADO	29) B	30) ERRADO